



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense
20 a 24 de Outubro de 2019
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

5710 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT05 - Estado e Política Educacional

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJÓVEM CAMPO SABERES DA TERRA SOB A PERSPECTIVA DO MUNDO DO TRABALHO
Robson Santos Camara Silva - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
Michelle Sena Rosa de Araújo - UFMA - Universidade Federal do Maranhão
Agência e/ou Instituição Financiadora: Fapema

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJÓVEM CAMPO SABERES DA TERRA SOB A PERSPECTIVA DO MUNDO DO TRABALHO

Resumo

O presente artigo analisa o atendimento de demandas históricas dos movimentos e organizações sociais do campo, cuja luta permitiu o processo de implementação do Programa Projovem Campo Saberes da Terra. O mundo do trabalho é o cenário desta investigação. Os trabalhadores do campo enfrentam o acirramento da questão agrária, desemprego, êxodo rural forçado e a desesperança em relação ao campo como locus de pertencimento e identidade sociocultural. A referência analítica é a implementação do Programa Federal Projovem Campo Saberes da Terra, realizado em regime de colaboração entre os entes federados, além de movimentos e organizações sociais do campo, cujo processo de formulação e implementação se deu durante os Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Trata-se de um estudo acerca da Educação do Campo, sua relação com os movimentos sociais, as estratégias do Estado brasileiro contemporâneo, bem como superação da equivocada visão urbanocêntrica historicamente presente no Sistema Educacional no Brasil, nas suas três esferas administrativas.

Palavras-chave: Mundo do Trabalho – Política Educacional – Política Educacional – Brasil

INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma análise da implementação do Programa Projovem Campo Saberes da Terra, cujo o percurso constitui-se uma reflexão crítica das estratégias da gestão pública federal para o atendimento de demandas históricas dos movimentos e organizações sociais do campo, por educação do campo no Brasil, pós-advento da lei 9.394/1996, especificamente a partir da análise do processo de implementação do Programa Projovem Campo Saberes da Terra, considerando sua conformação ao Estado capitalista contemporâneo.

A problemática delimita-se análise dos impactos do Programa no que se refere ao alcance dos seus objetivos quanto a inserção dos seus egressos no mundo do trabalho e a qualidade da elevação da escolaridade ofertada pelo mesmo.

Nesse sentido, cumpre mencionar que a educação do campo vem conquistando espaço considerável nos debates acadêmicos e nas políticas públicas educacionais no Brasil, sobretudo, nos anos finais do século XX, estendendo-se à primeira década do século XXI. Convém, entretanto, destacar que esse espaço conquistado não emerge do nada, nem tão pouco se constitui iniciativa das políticas públicas, materializadas, por sua vez, pela gestão pública atual em programas e projetos governamentais, de forma isolada ou autoexplicativa. Antes, esse espaço emerge de um movimento social, de mobilização dos trabalhadores do campo, sendo, portanto, fruto da organização coletiva desses sujeitos diante do acirramento da questão agrária, evidenciada pelo desemprego, êxodo rural forçado, pela desesperança em relação ao campo como locus de pertencimento e identidade sociocultural, de garantia de condições materiais de sobrevivência, advindo, assim, das muitas lutas sociais protagonizadas pelos povos camponeses, comprovadas pela historiografia do Brasil.

Assim, dentro deste contexto de lutas sociais, torna-se necessária uma reflexão acerca da educação do campo como práxis pedagógica oriunda dos movimentos sociais, das estratégias do Estado brasileiro contemporâneo, materializadas pela gestão pública federal, para a incorporação dessas demandas à sua agenda, suas respectivas políticas e marcos legais para garantir a esses povos o seu direito a uma educação que supere a equivocada visão urbanocêntrica, historicamente, presente no Sistema Educacional no Brasil, nas suas três esferas administrativas. (COUTINHO, 2009, COELHO, MATTOS JUNIOR, 2012).

Considerando, ainda, a riqueza contida num debate sobre esta modalidade de educação e de ensino, repleta de especificidades e com raízes socioculturais diversas, ratifica-se a relevância e originalidade da presente reflexão, que procura demonstrar suas referências analíticas, tendo por base a implementação do programa do governo federal Projovem Campo Saberes da Terra, realizado em regime de colaboração entre os entes federados, além de movimentos e organizações sociais do campo, cujo processo de formulação e implementação se deu durante os Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff.

2 JUVENTUDE E SUA RELAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO

Evidencia-se, desde a década de 1970, que a reestruturação dos grandes conglomerados industriais e econômicos decorre de um novo processo de racionalização econômica que, por sua vez, busca novas formas de organização e auto-organização do trabalho (CARVALHO, 2003).

Os processos que desencadeiam o plano de racionalização foram estimulados pela grande competição internacional, cujo objetivo é aumentar e melhorar a produção e a mais-valia resultante de tal processo dentro da divisão internacional do trabalho na economia contemporânea. Isso implica analisar a divisão do trabalho entre aqueles que têm na produção agrícola, a exemplo do Brasil, sua segurança alimentar interna e sua pauta de exportação no âmbito das trocas econômicas internacionais.

A mecanização intensiva tem impactado no campo, não tendo sido acompanhada de uma política efetiva de distribuição de terras ocasionadas pelo agronegócio tem acirrado o processo de esvaziamento do campo, além da falta de perspectiva de permanência dos jovens no campo traz como uma de suas consequências a migração de trabalhadores do campo para as cidades gerando desigualdades sociais e econômicas históricas.

Quando se fala de força de trabalho ou a qualidade da sua jovem força de trabalho, a questão da juventude surge como um aspecto importante quando nos referimos ao mundo do trabalho. O que traz a necessidade da definição, antes de avançarmos na análise, o que é juventude no cenário ora investigado. Segundo Dayrell e Cerrano (2014), o conceito de juventude corresponde a uma construção social, histórica e relacional que, em diferentes épocas e processos sociais, adquiriu denotações e delimitações diferentes. São considerações conceituais que muito ajudam a compreender o processo educativo voltado ao jovem, bem como a sua interface com o mundo do trabalho.

O advento de uma política educacional que venha a garantir que os jovens tenham melhor oportunidade no seu lócus de pertencimento é de fundamental importância, pois é ali que se demarca o seu projeto de futuro. Entende-se por projeto de futuro aquilo que se deseja alcançar em termos de formação e objetivos sociais de realização para a vida. Isso tem a ver com o mundo do trabalho.

Entende-se que juventude é uma condição e um tipo de representação social, uma forma de pensar e agir, considerando os aspectos cronológicos, culturais, identitários e políticos no espaço onde ele se desenvolve. A juventude é onde os impactos das transformações no mundo do trabalho se direcionaram com força, pois é de onde um país retira seu estoque de força de trabalho e que será, em tese, a sua população economicamente ativa no futuro. A necessidade de construção de um projeto de futuro para esses jovens é um fator fundamental que a política pública deveria se direcionar em uma perspectiva de Estado.

Nesse sentido a educação tem um papel fundamental na adequação a nova base técnico-científica que evolui em espaço temporal cada vez mais reduzido e exigindo competências que permitam adaptabilidade. É através do processo educativo que se viabilizará e suplantará a concepção de qualificação pela terminologia *competência*, a partir do entendimento do que seja capacidade e habilidade no processo formativo no contexto educacional contemporâneo.

No final da década de 1950 e início dos anos 1960 emergem as concepções de Theodore Schultz, as quais tiveram grande impacto na educação brasileira nos anos de 1968 e 1971 com a introdução da Teoria do Capital Humano (TCH), que ganhará força a partir de vários estudos feitos por Schultz (1973). Seu construto teórico é de que havia um fator resultante do capital humano que se soma ao valor da produção nacional de um país ao demonstrar que quanto maior o tempo de escolarização, comparando seu custo, é mais baixo que os custos dos salários não-pagos, devido à retenção proporcionada pelo processo educacional, que impede que sujeitos estejam inseridos prematuramente no mercado de trabalho. Os benefícios no processo educacional seriam resultantes da retenção mais abrangentes e somáticas, portanto, de maior retorno econômico do que uma inserção prematura e de baixo tempo de escolarização. A ressalva é que para que os elementos positivos da TCH ocorram tem que haver um desenvolvimento econômico social para que os jovens sejam incluídos qualitativamente no mundo do trabalho.

Para a referida concepção a educação é se configura como o mote principal na adaptação do gênero humano às competências requeridas pelo mundo do trabalho, pois com a implementação dos novos modelos organizacionais, implementos tecnológicos nos setores industrial e de serviço, e-bem como seus impactos no campo.

É necessário que o sistema educacional propicie conhecimentos que possam ser articulados ao processo de preparação para o trabalho. Compreender a concepção da política pública voltada ao jovem que reside no campo brasileiro e analisar a resposta que a mesma dá às demandas dos movimentos sociais que atuam nessa pauta é o desafio analítico desse trabalho.

É necessária uma política que considere o projeto de futuro dos jovens, seja no campo ou na cidade, mas que não frustrem suas expectativas de desenvolvimento social e econômico. Programas que considerem os elementos etários são de suma importância para a preparação desse último bônus demográfico que o Brasil ainda dispõe.

Tendo em vista tais considerações acerca da juventude e sua relação com o trabalho, bem como as respostas do Estado materializadas em políticas públicas para a inserção desses sujeitos ao mundo do trabalho, propõe-se, no tópico seguinte, a análise do Programa Projovem Campo Saberes da Terra, no que se refere à construção desta política de governo e seus impactos no âmbito da política educacional do campo no Brasil.

3 CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PROJOVEM CAMPO - SABERES DA TERRA

3.1 Caracterização da proposta do Programa Projovem Campo - Saberes da Terra

A construção de uma política educacional que reconheça as necessidades e diversidades específicas do campo brasileiro e voltada para atender a sua juventude, que, historicamente, sofre com a evasão e descontinuidade de seus estudos (uma vez que é a questão central nas políticas educacionais a necessidade de ampliação do acesso de crianças, jovens e adultos à Educação Básica), conquistou espaço na agenda política federal, no início do século XXI, sob a égide da gestão do Governo Lula da Silva, mesmo em face das contradições e limites impostos pela lógica e interesses do capital. Mesmo porque, conforme adverte Sapelli (2011), na historiografia brasileira não há neutralidade, nem falta de intencionalidade quanto às políticas educacionais, sobretudo quando se trata de sua implementação nas escolas do campo, uma vez que os interesses econômicos, políticos, religiosos sempre foram determinantes para a Educação do Campo, tanto em nível nacional, quanto internacional.

Assim, cumpre destacar que o entendimento sobre as políticas públicas diz que as mesmas se constituem uma forma de regulação ou intervenção na sociedade, articulando vários sujeitos com interesses e expectativas diversos, referindo-se, ainda, a um conjunto de ações ou omissões estatais, baseado em tomada de decisões dentro de um jogo de interesses, limitado e condicionado pelos processos econômicos, políticos e sociais (SILVA, 2005). Tal intervenção, mediatizada pelas lutas sociais (que não a tornam estáticas, ou fruto de iniciativas abstratas, mas estrategicamente empregadas no decurso dos conflitos oriundos dessas lutas), expressa, fortemente, a capacidade administrativa e de governança para a implementação de decisões governamentais (SHIROMA apud SAPELLI, 2011).

Desse modo, o Estado brasileiro, por intermédio da gestão pública federal, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), implementou o Programa Saberes da Terra, para dar respostas às pressões e reivindicações dos sujeitos e movimentos do campo organizados e aos conflitos oriundos dessa luta histórica pela Educação do Campo de qualidade, para aqueles jovens e adultos que não puderam dar sequência aos estudos ainda no Ensino Fundamental.

Sendo sua primeira etapa de execução iniciada em dezembro de 2005, em doze estados de Federação, a saber: Bahia, Paraíba, Pernambuco, Maranhão, Piauí, Rondônia, Tocantins, Pará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, em regime de parceria com as secretarias estaduais de educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), movimentos e organizações sociais do campo que integravam os fóruns estaduais de educação do

campo. Também se constituíram parceiros desta ação integrada: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Trabalho Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Combate à Fome e a Secretaria Nacional de Juventude (BRASIL, 2008).

Dentre os objetivos e finalidades do referido Programa constam em proporcionar formação integral ao jovem do campo por meio da elevação da escolaridade com vistas à conclusão do Ensino Fundamental, aliado à qualificação social e profissional em Produção Rural Familiar, potencializando a ação desse jovem agricultor familiar para o desenvolvimento sustentável e solidário, tanto em suas famílias quanto em suas comunidades, por meio de atividades pedagógicas que estejam em conformidade com o que preconizam as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo de 2002 (BRASIL, 2008; SAPELLI, 2011).

Assim, a primeira experiência piloto do Programa Saberes da Terra durou o biênio de 2005-2006 sendo que, em 2007, o Programa passou por uma integração, resguardada sua autonomia político-pedagógica, resultando desse processo a instituição do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, cujo objetivo original tem sido promover a reintegração de jovens ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano e cidadão, que ficou organizado em quatro modalidades, a saber: Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Trabalhador e o Projovem Campo – Saberes da Terra (BRASIL, 2008).

Outra característica do Programa em análise que possui relevância é o fato de que sua coordenação nacional definiu que o mesmo seria desenvolvido em regime de colaboração entre os entes federados, ou seja, pelos estados ou municípios brasileiros, prioritariamente junto àqueles pertencentes aos Territórios da Cidadania, levando em consideração, também, a parceria com outras instituições públicas e movimentos sociais, sendo que, em 2008 o Projovem Campo – Saberes da Terra passa a ampliar sua abrangência para vinte e um estados brasileiros, somando-se aos anteriores, o Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo e Amazonas.

Outro ponto a destacar quanto ao marco regulatório do Programa para a versão 2008 é que o mesmo passou a ser por Medida Provisória nº 411?2007, a qual prevê a implantação de um comitê gestor para cada modalidade do Projovem (Campo, Urbano, Adolescente, Trabalhador); a contratação de profissionais em âmbito local; transferência de recursos financeiros pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a execução de ações, além do auxílio financeiro bimestral aos educandos do Programa, totalizando doze bolsas-auxílio (BRASIL, 2008; SAPELLI, 2011).

Quanto à concepção, a proposta pedagógica do Projovem Campo – Saberes da Terra procura manter-se coerente às reivindicações dos movimentos sociais do campo e com enfoque territorial do campo na perspectiva da sustentabilidade, com vistas à valorização da agricultura familiar de base agroecológica, sob o paradigma solidário da sustentabilidade, relacionando educação, agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, voltado para o trabalho e economia solidária, por meio da qualificação profissional.

Assim, a referida proposta visa, em seu escopo, a garantia da identidade da escola do campo definida pela sua vinculação à realidade, ancorada na temporalidade dos saberes tradicionais dos educandos, na memória coletiva que sinaliza futuros, na ciência e tecnologia disponíveis e movimentos sociais do campo, no contexto da educação de jovens e adultos.

No que se refere aos aspectos legais, além das Resoluções sequenciadas que regulamentam cada versão, o Programa buscou sustentação na Lei 9.394?1996, especificamente nos artigos 28, 39 e 41, que regulamentam acerca da Educação do Campo ~~de campo~~ e da educação profissional, ofertada sob forma de qualificação profissional em Produção Rural Familiar, conforme estabelecido pelo Arco Ocupacional do projeto político-pedagógico do Programa (BRASIL, 2008).

Na sequência a estrutura curricular do Programa buscou referendar a proposta de um currículo integrado, pelo Eixo Articulador “Agricultura Familiar e Sustentabilidade”, cuja efetivação ocorre por meio dos seus cinco eixos temáticos, os quais aglutinam situações cotidianas dos agricultores familiares. Nesses eixos temáticos as áreas do conhecimento são chamadas à dialogar entre si e com os mesmos, com vistas à compreensão de novos significados e práticas sociais, cuja orientação do seu desenho curricular está voltada para a execução por meio dos tempos e espaços formativos, à luz da metodologia da Pedagogia da Alternância. Esta última é a matriz pedagógica de organização dos tempos e espaços formativos para a realização do processo de ensino e aprendizagem para atender a carga horária total do Programa, que é de 2.400 horas, organizada em 1.800 horas para o Tempo Escola e 600 horas para o Tempo Comunidade.

Dentre outras ações do Projovem Campo – Saberes da Terra consta a Formação Continuada dos Professores, educadores, coordenadores pedagógicos, enfim, sujeitos pertencentes ao Programa, estando desde o seu início sob a responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, em parcerias estaduais e municipais dos sistemas de ensino.

Quanto ao Monitoramento e Avaliação do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra, sua supervisão e acompanhamento das ações são aspectos fundamentais na gestão do mesmo, uma vez que permitem o monitoramento de seu andamento, tanto pelo Ente Executor (unidades federativas e Distrito Federal) quanto pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI?MEC), consistindo das seguintes atividades: gerenciamento do fluxo e utilização dos recursos financeiros, verificação do alcance das metas previstas, identificando processos e resultados, comparando dados de desempenho e, de igual modo, detectar dificuldades na execução das ações, buscando a redefinição de estratégias de implementação, com vistas ao êxito do Programa.

No que se refere à gestão e estrutura operacional, o Programa busca referência nos princípios da gestão democrática e autônoma, organizada de forma colegiada, contemplando mecanismos de participação e controle social, servindo enquanto instrumento de construção, revitalização e fortalecimento dos Comitês e Fóruns Estaduais de Educação do Campo, de modo que a sua gestão está organizada em três instâncias, nacionalmente: Comitê Gestor Interministerial (gestão em nível federal); Comitê Pedagógico Nacional (composto pelas equipes técnicas e pedagógicas dos Ministérios) e; Coordenação Executiva Nacional, sob condução da SECADI?MEC, por meio da Coordenação-Geral de Educação do Campo (BRASIL, 2008).

Já a execução, a implementação do Programa está sob responsabilidade das secretarias estaduais de educação, seus Entes Executores, cabendo-lhes, mediante o estabelecido nas Resoluções relativas a cada Versão, as seguintes atribuições, conforme seu Projeto Base (BRASIL, 2008):

- As Secretarias Estaduais de Educação, em articulação instituições públicas de Ensino Superior (IES), movimentos sociais do campo, com experiências em Fóruns e comitês de Educação do Campo, deverão constituir uma Comissão Pedagógica, com o objetivo de articular as ações pedagógicas do Programa;
- A Formação dos Educadores permanece sob a responsabilidade das IES públicas, bem como prover a equipe administrativa e pedagógica de condições necessárias para o desenvolvimento do Programa;
- Designar a coordenação estadual do Programa (composta por coordenador(a) geral, coordenadores de turma e Comissão Pedagógica).

Essa coordenação estadual tem a responsabilidade de efetivar as ações de localização e cadastro de jovens e adultos agricultore(a)s familiares na faixa etária de 18 a 29 anos que saibam ler e escrever, que não tenham concluído o Ensino Fundamental e que queiram ingressar no Programa; atualização das informações cadastrais referentes ao monitoramento,

avaliação e fiscalização da execução do Programa; organização das turmas com garantia de infraestrutura adequada; monitoramento do recebimento do auxílio financeiro do educando; contratação de coordenadores de turmas, ou designação de funcionários efetivos para a função, que corresponde, principalmente, ao acompanhamento, organização e coordenação das reuniões de planejamento pedagógico junto aos educadores e; constituição de Comissão Pedagógica, responsável pela emissão de parecer sobre a proposta de formação continuada, bem como acompanhá-la, além de realizar o acompanhamento pedagógico dos educadores e coordenadores de turma do Projovem Campo – Saberes da Terra.

Sob o aspecto financeiro, a fonte financiadora do aludido Programa é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Esta corresponde aos gastos com auxílio financeiro para o deslocamento de educadores e coordenadores de turma para as formações continuadas; contratações de qualificadores profissionais; aquisição de materiais e insumos para a qualificação social e profissional necessários para o desenvolvimento satisfatório das atividades pedagógicas dos Projetos de Produção Agroecológica; aquisição de gêneros alimentícios para o Tempo Comunidade; acompanhamento técnico-pedagógico aos educandos no Tempo Comunidade; transporte escolar de educandos para o Tempo Escola, quando necessário; certificação de educandos, de responsabilidade dos Institutos Tecnológicos Federais, ou por outra instituição de ensino designada pelo sistema de ensino, seguindo as recomendações do Programa para emissão de certificados, dentre elas, a comprovação de minimamente 75% de frequência dos educandos e; por fim, o pagamento bimestral da bolsa-auxílio ao educando que alcançou a frequência mínima supramencionada (BRASIL, 2008).

3.2 Projovem Campo - Saberes da Terra: estratégias, limites e conformação ao Estado Capitalista no processo de implementação

Compreende-se o Estado brasileiro como uma relação contraditória que, histórica e hegemonicamente, apesar de organizar as classes dominantes e desorganizar as classes dominadas, poderá, nunca por iniciativa própria, mas por meio de contestações organizadas e recorrentes das classes dominadas, ser disfuncional aos interesses de uma burguesia intransigente e dar respostas, com medidas de ação formuladas e implementadas, que visem a mitigação desses conflitos para manter sua própria ordem e hegemonia dentro de uma lógica capitalista (POULANTZAS, 1985; PASTORINI, 1997).

E essa relação contraditória levará a uma instância de negociação e outorgamento que, segundo Pastorini (1997), significará que o Estado, como consequência do processo de luta e negociação, incorporará algumas demandas das classes dominadas, dando, dessa forma, respostas a algumas de suas reivindicações, outorgando serviços, assistência social, direitos e etc. Entretanto, como troca esses sujeitos demandantes legitimarão o Estado e a ordem estabelecida e esse processo poderá se dar de forma explícita ou implícita. Assim, as políticas públicas surgirão como síntese do processo de demanda-luta-negociação-outorgamento, que demonstrará também, que o Estado, para evitar as lutas sociais, se antecipará às eventuais demandas sociais, incorporando-as na sua agenda política e governamental, o que demonstra a presença dessas lutas sociais na gênese de determinada política pública, cuja dinâmica de formação implica os diversos sujeitos sociais.

Assim, considerando o Estado brasileiro, no início do então Governo Lula da Silva, apesar de suas contradições, a Educação do Campo passará a integrar a agenda governamental federal efetivamente, com a adoção de um conjunto de medidas de ações formuladas e executadas com vistas ao atendimento das demandas, como estratégia de ação planejada e avaliada em que Estado e Sociedade Civil, desempenham determinados papéis, contudo apresentando, ainda relações de reciprocidade e antagonismos.

Assim, como primeiras medidas no período supramencionado, o Estado brasileiro, com vistas a dar respostas à referida demanda adota, formula e implementa políticas públicas específicas aos sujeitos do campo. Porém, tais iniciativas passaram pelo processo de filtragem desse mesmo Estado.

No caso do Programa Federal Projovem Campo – Saberes da Terra, apesar de sua concepção buscar afinidade com as demandas, prerrogativas e reivindicações dos movimentos sociais, buscando construir uma visão crítica da realidade, por meio da troca de saberes e da apropriação de tecnologias específicas da agroecologia, observou-se que, no que se refere ao processo de implementação dessa política de governo, é que o mesmo foi marcado por dificuldades em relação ao seguinte: espaços disponibilizados pelos gestores municipais, em sua maioria, inadequados para o desenvolvimento das atividades do Programa; morosidade na disponibilização tempestiva do material pedagógico e profissional pelos Entes Executores; além do atraso prolongado no repasse financeiro, pelo FNDE, dos recursos destinados à aquisição de materiais, bem como para o pagamento das bolsas-auxílio para os educandos, o que acabou gerando a evasão dos mesmos ao longo do Programa, conforme analisou Sapelli (2011).

Ademais, houve embates teóricos em relação à proposta pedagógica do Programa, em relação à compreensão do seu eixo temático, a saber: sustentabilidade e economia solidária, pois muitos afirmavam a inviabilidade da referida proposta no contexto capitalista, mas a estrutura da concepção do Programa já não permitia alterações estruturais no mesmo, que já estava pronto e disseminado nos Cadernos Pedagógicos do Projovem Campo – Saberes da Terra. O que levou Sapelli (2011) a identificar na Proposta uma pseudo participação dos sujeitos que atuavam na ponta do Programa e que a mesma contribuía para o processo de arrefecimento da resistência dos sujeitos envolvidos, inclusive os movimentos e organizações sociais.

E se reconhece que o projeto inicial integrou um processo de discussões entre a sociedade civil e o Estado, o que, *a priori*, possibilitou a presença, de alguns elementos correspondentes aos interesses dos movimentos sociais do campo no conteúdo programático dos seus cadernos pedagógicos, como se pôde verificar quando da sua caracterização acima, porém, com os devidos filtros que o próprio Estado e seu aparato burocrático se utiliza para filtrar essas reivindicações (POULANTZAS, 1985).

Quanto ao processo de formação continuada dos professores, este também se deu de forma descontínua e em meio ao descumprimento de prazos estipulados pelos parceiros e instituições formadoras. O que, obviamente refletiu nos resultados a serem alcançados no processo de ensino-aprendizagem dos sujeitos do Programa, evidenciando uma política de inserção precária desses jovens, tanto no seu processo de escolarização quanto no mundo do trabalho, o que levou muitas vezes, a uma consolidação superficial de uma inclusão excluyente dos sujeitos envolvidos nesse processo, ou seja, alunos e professores (Kuenzer 2002 apud SAPELLI, 2011).

A partir dessas reflexões o Projovem Campo – Saberes da Terra mostra-se como um espaço-tempo de contradições uma vez que sua proposta não propõe a superação da contradição entre capital e trabalho, dando margem às práticas pedagógicas igualmente contraditórias e acabam ratificando a compreensão de coesão social com vistas a diminuir os conflitos, construindo uma convergência de interesses, admitindo que uma sociedade pode ser desigual dentro de certos limites, evitando, assim, protestos sociais, legitimando o Estado e a conformação da gestão pública aos interesses do capital (SAPELLI, 2011).

Nesse sentido, o Programa pode figurar como uma estratégia de construção de consenso e da visão do Estado como promotor de políticas de igualdade de oportunidades para que os jovens do campo, que não concluíram o Ensino Fundamental, a ele tenham acesso, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, integrando, também, a qualificação profissional mediante a oferta do Programa, ao mesmo tempo em que deixa evidentes as contradições políticas e

epistemológicas contidas nos seus materiais pedagógicos. Ainda, é possível perceber um certo pragmatismo quando o Estado se movimenta no sentido de dar respostas às demandas por Educação do Campo, já que surge, também, com o intuito de superar algumas dificuldades vivenciadas por agricultores familiares, além da tentativa de saldar a dívida histórica do Estado com a educação dos sujeitos do campo (SAPELLI, 2011; HIDALGO, 2012).

Ademais, se houve uma determinada conquista na incorporação da Educação do Campo no período supramencionado, a atual quadra política vem, justamente pôr em xeque, esses avanços e conquistas, inclusive os de âmbito legal, evidenciada na agenda do Golpe Jurídico-Parlamentar de 2016, que anunciou a redução considerável dos recursos no orçamento público federal, destinados à continuidade do próprio PRONERA (reconhecida política nacional de Educação do Campo), além das reduções das ofertas dos cursos de licenciatura em educação do campo. Ademais, some-se a esta agenda de contrarreformas políticas a precarização das relações de trabalho no campo, as estratégias de enfraquecimento, desmobilização e criminalização dos movimentos sociais e sindicais, tanto no campo quanto na cidade, o que requer, desses históricos sujeitos de políticas públicas no Brasil, uma ressignificação e reorganização quanto ao enfrentamento da agenda ultraliberal, em curso no Brasil.

5 CONCLUSÕES

Ao longo dessa análise teórico-metodológica acerca de políticas de Educação do Campo no Brasil, a partir do processo de concepção e implementação do Programa Federal Projovem Campo – Saberes da Terra pelo Estado brasileiro, por meio da gestão federal, buscou-se demonstrar a permanência de um processo de relações contraditórias entre o Estado e as reivindicações dos movimentos sociais do campo, caracterizado ora pela reciprocidade, ora pelo antagonismo, bem como das estratégias e medidas de ação formuladas e executadas por ele para incorporar essas demandas em sua agenda governamental, sobretudo na contemporaneidade compreendida nos anos finais do século XX, com o advento da Lei 9.394/1996 até a atualidade do século XXI.

Quanto ao Projovem Campo – Saberes da Terra, o processo de implementação do mesmo, ao tempo em que constituiu uma estratégia pertinente que buscou atender a parcela das reivindicações dos movimentos sociais do campo e sanar a dívida histórica do Estado brasileiro quanto à oferta de educação do campo de qualidade, revelou, também, contradições presentes em seus cadernos pedagógicos acerca da sua conformação aos interesses do capital, ao ratificar a compreensão de coesão social para dirimir conflitos, buscando convergência de interesses. Ademais, sua perspectiva político-ideológica e epistemológica apontam para a premissa de que uma sociedade pode ser desigual dentro de certos limites, evitando, assim, protestos sociais, legitimando o Estado e a conformação da gestão pública aos interesses do capital.

Por fim, outro ponto que se põe como prerrogativa ao debate ora proposto é a necessidade de reorganização dos movimentos sociais do campo, no que se refere ao seu ressurgimento como protagonistas nesse processo de lutas e conquistas sociais, especificamente no âmbito das políticas educacionais do campo, como forma de fortalecimento da própria consciência de classe dos sujeitos do campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96)**: Lei 9.394 de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. **Cadernos Pedagógicos do Projovem Campo - Saberes da Terra**. Brasília: MEC/SECAD, 2008.

CALDART, R. S. **Educação do campo**: notas para uma análise de percurso. II Encontro Nacional de Pesquisa sobre Educação do Campo, Brasília/DF, 6 a 8 de agosto 2008.

CARVALHO, O. Educação e formação profissional: Trabalho e tempo livre. Brasília: Plano Editora. 2003.

COELHO, A. A., MATTOS JUNIOR, J. **Educação do campo e desenvolvimento territorial**: perspectivas e desafios no município de Nina Rodrigues – MA. In: Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia (MG), 2012.

COUTINHO, A. F. **Do direito à educação do campo**: a luta continua! In: Aurora, Marília (SP), Ano III, nº 05, 2009.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. **Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola**. In DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Org.) Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

FARIAS, F. B. **O Estado Capitalista Contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, F. J., BRANDÃO, E. C. **Educação do campo**: um olhar histórico, uma realidade concreta. Revista Eletrônica de Educação. Ano V. Nº. 09, jul./dez. 2011.

GOUVÊA, G.P. **Burocracia e elites burocráticas no Brasil**. São Paulo: Paulicéia, 1994. 320 p.

HIDALGO, A. M.; MIKOLAİKZYK, F. A. Análise da implementação de políticas públicas para a educação do campo a partir do programa territórios da cidadania e do programa Projovem Campo – Saberes da Terra. In: **IX ANPeD Sul. Seminário de Pesquisa da Região Sul**, 2012.

MOLINA, M. C., DE JESUS, S. M. S. A. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 5.

MOLINA, M. C., FREITAS, H. C. A. **Avanços e desafios na construção da educação do campo**. Revista Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.

OFFE, Claus. Critérios de racionalidade e problemas funcionais da ação político-administrativa. In: OFFE, Claus.

Problemas estruturais do Estado capitalista. RJ: Tempo Brasileiro, 1984.

PASTORINI, A. **Quem mexe os fios das políticas sociais?** Avanços e limites da categoria concessão-conquista. Serviço social e sociedade, ano q8, n. 53, p. 80-101, mar., 1997.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

SAPELLI, M. L. S. Saberes da Terra: do direito à inserção precarizada? In: **Revista Eletrônica de Educação.** Ano IV, nº 07, jul-dez 2011 (ISSN 19819161).

SANTANA, R. N., SOUSA, S. M. P. Saneamento ambiental no Brasil: legado histórico e desafio para a Política Social. In: **Argumentum,** Vitória (ES), v. 8, n.1, p. 158-173, jan./abr. 2016.

SANTOS, F. S. **Educação do campo e educação urbana:** aproximações e rupturas. In: Educere et Educare Revista de Educação. Vol. 1 nº 1 jan.ºjun. 2006, p. 69-72.

SILVA, M. O. S. **Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos.** In: Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2005.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa.** Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VASCONSELOS, E. Percepção da Elite Burocrática Brasileira e Uruguia Sobre Pobreza e Desigualdade. **Revista Habitus:** revista eletrônica de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.8-18, março de 2017. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 mar. 2017.